DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO NA ESCOLA: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE CIDADANIA

Maria Eugênia Brêttas Veiga³¹

brettasveiga@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem sofrido profundos ataques quanto aos direitos humanos e sociais, que afetam os princípios fundamentais da cidadania, deixam marcas na democracia e, por consequência, atingem o processo educacional. Nesse contexto, afloram discriminações e preconceitos em relação às pessoas que têm uma orientação sexual considerada diferente, contra aquelas(es) que não se enquadram na heteronormalidade.

Escolheu-se abordar as discussões de gênero, pertinentes à sexualidade, na perspectiva fundamentada em direitos humanos, pelo desejo de preservar a cidadania do diferente, em que se prioriza uma abordagem pedagógica dos conteúdos desprovida de preconceitos, discriminações e crenças pessoais.

Dessa forma, objetivou-se promover uma discussão crítica sobre diversidade sexual e questões de gênero na escola, no intuito de possibilitar o debate sobre práticas pedagógicas, embasadas em uma cultura de respeito em relação às manifestações da sexualidade, para tornar visível a violência desferida contra o diferente, contra o que não se adequam aos padrões da heteronormatividade.

METODOLOGIA

Para este estudo, examinaram-se livros, revistas e trabalhos de instituições nacionais e internacionais.

³¹ Doutoranda em Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história, a escola não só transmite ou constrói conhecimento como também reproduz padrões sociais. De acordo com distintas disposições de capitais sociais, Bourdieu percebe que “[...] a instituição escolar pode funcionar como uma imensa máquina cognitiva operando classificações que reproduzem as classificações sociais preexistentes” (BOURDIEU, 2001, p. 80).

Ao se propor, neste trabalho, pensar em direitos humanos, comprometeu-se em refletir na constituição de preceitos e concepções que permitam compreender que, independentemente de origem, credo, cor da pele, orientação sexual, faixa etária e classe social, todos os sujeitos – respeitadas as diferenças culturais, sociais, históricas, étnicas, religiosas – são passíveis de direitos e deveres.

Como afirma Hannah Arendt (1987, p. 188-189):

Se não fossem diferentes, [...] os homens [e as mulheres] não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. [...] Ser diferente não equivale a ser outro [...]. A alteridade é [...] um aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e o motivo pelo qual não podemos dizer o que uma coisa é sem a distinguir de outra.

Nessa perspectiva, é preciso considerar que “[...] a sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução” (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 29) e, portanto, não pode ser alienada das características humanas.

Segundo Deborah Britzman (1996, p. 74):

Não existe [...] uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e [...] uma identidade homossexual instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Ademais, Deborah Britzman (1999, p. 89) afirma que “a sexualidade não segue as regras da cultura, mesmo quando a cultura tenta domesticar a sexualidade. Podemos insistir que a sexualidade é a própria alteridade”. O conceito de alteridade é interessante para a análise da sexualidade no que diz respeito à valorização da diversidade. Valorização não por si só, mas uma valorização da diferença como algo positivo, que contribui e enriquece os ambientes sociais; entre estes, a escola.

Assim, parece improvável conceber a construção de um currículo que não leve em conta a alteridade como ponto essencial do reconhecimento à diversidade, bem como não pensar no estudo sobre a sexualidade inserido nos conteúdos das várias disciplinas da Educação Básica, uma vez que:

Essa presença da sexualidade no ambiente escolar independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. (LOURO, 1997, p. 81).

A escola, por essa perspectiva, não compreende mecanismos de justiça ou de transformação social. Os mecanismos democráticos que a escola reproduz favorecem as camadas dominantes da sociedade; assim como o espaço escolar demonstra muita fragilidade no trato da orientação sexual e identidade de gênero.

Nesse sentido, Jimena Furlani (2007, p. 12) afirma que:

[...] em meio a disputas e relações de poder, as muitas instituições sociais, usando de seus discursos normativos, posicionam certos saberes como ‘hegemônicos’, muitas vezes transformando a diferença ‘do outro’ em desigualdade social.

Ao pensar dessa forma, destaca-se a importância da abordagem pedagógica mais crítica da Educação Sexual em sala, especialmente no tratamento que é dado à orientação sexual – homo, hetero e bissexual. Verifica-se o quanto a interferência de um currículo atento à formação escolar e à construção do sujeito social/sexual é válida para problematizar preconceitos e atitudes discriminatórias.

Ao refletir sobre essa questão, Candau (2011) acrescenta que, dentre a massa de excluídos que a evasão escolar produz, destacam-se negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais. Desprovidas de uma certificação da educação formal, muitas dessas pessoas transformam-se em alvo fácil da vida marginalizada, às vezes miserável. Fato que comprova que ao epistemicídio segue-se o genocídio. Basta comparar as taxas de reprovação e de evasão escolar com as taxas de crescimento da criminalidade entre os jovens.

A escola é um espaço sociocultural rico em interações que precisa ajudar a desconstruir a opressão, a discriminação e os preconceitos, em que crianças, jovens e adultos vivem mergulhados por não se sentirem aceitos em suas escolhas sexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os temas deste estudo, inferiu-se que o caminho para garantir a cidadania plena, para que o direito possa ser assegurado a todos e todas, no contexto educacional, é perceber a importância de lidar com a manifestação da diferença. Para isso, é indispensável que educadoras e educadores repensem suas práticas, de modo que, a partir do debate, possam surgir outros olhares sobre o corpo, a sexualidade, os comportamentos de gênero, a etnia, a classe social e a religião. O estandarte da educação tem de ser pelo respeito à diferença, à pluralidade humana. A escola é um dos espaços para desconstruir padrões e mundos heteronormativos, para acolher amorosamente crianças, jovens e adultos, a fim de que se tenha sucesso no rendimento escolar, sepultando a evasão, e que todas e todos possam ser inseridos no mercado de trabalho. A análise constatou que as políticas públicas são indispensáveis para a construção de uma escola mais justa, pacífica, livre do preconceito e da discriminação, na qual se permite o exercício da cidadania, em que se respeitam os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Barroso. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRITZMAN, D.P. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 83-111.
- _____. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, jan./jun., vol. 21, n. 1, 1996, p.71-96.
- CANDAU, V. M. Movimentos sociais processos de inclusão e educação. *Revista Teias*, v. 12. n. 24, p. 279-284, jan./abr., 2011.
- FURLANI, J. Gênero e Sexualidade nos materiais didáticos e paradidáticos. In: *Educação para igualdade de gênero – salto para o futuro*. Ano XVIII – Boletim 26 – Novembro de 2008, TV Escola, 2008.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.